

Políticas para a retomada do crescimento econômico

Ministro da Fazenda
Joaquim Levy

*Comissão de Assuntos
Econômicos do Senado Federal*

31 de março de 2015

Por que o ajuste?

Ministério da
Fazenda

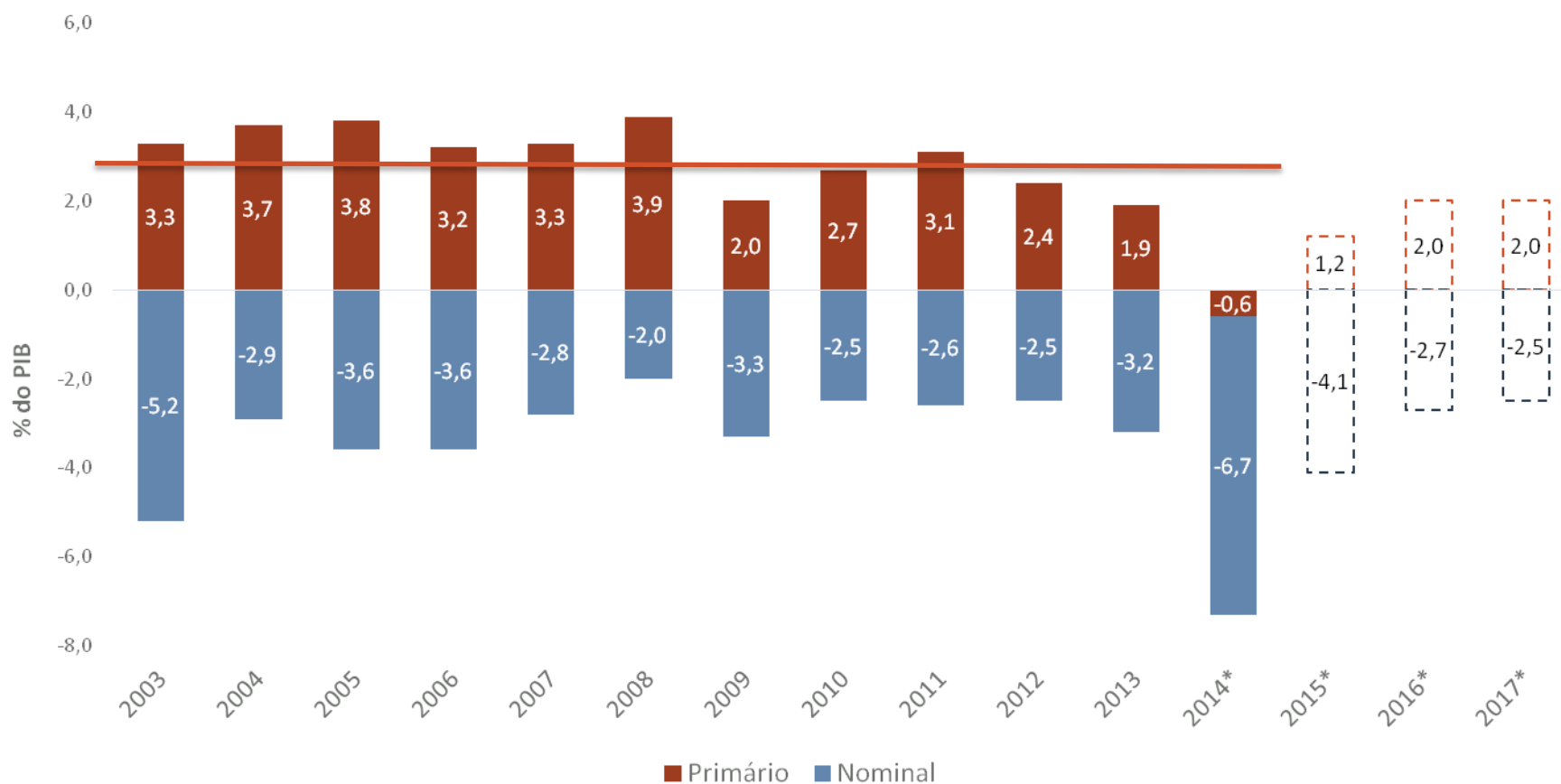
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Por que o Ajuste?

- **Reverter a deterioração fiscal e das contas externas**
- **Responder** à descontinuação das políticas anti-cíclicas dos nossos principais parceiros
- **Reorientar** a economia com o fim do super ciclo das commodities
- Garantir condições de **segurança e competitividade** para nossa economia
- Proteger os **ganhos sociais**
- Fortalecer a **nova classe média com a “inclusão por oportunidades”**

Quanto de Ajuste Fiscal ?

Resultado primário e nominal do setor público não financeiro



Fonte: Banco Central e LDO (2015/17)

Elaboração: Ministério da Fazenda

Quanto pesam as renúncias?

Desonerações tributárias e renúncias fiscais contribuíram para o desequilíbrio fiscal

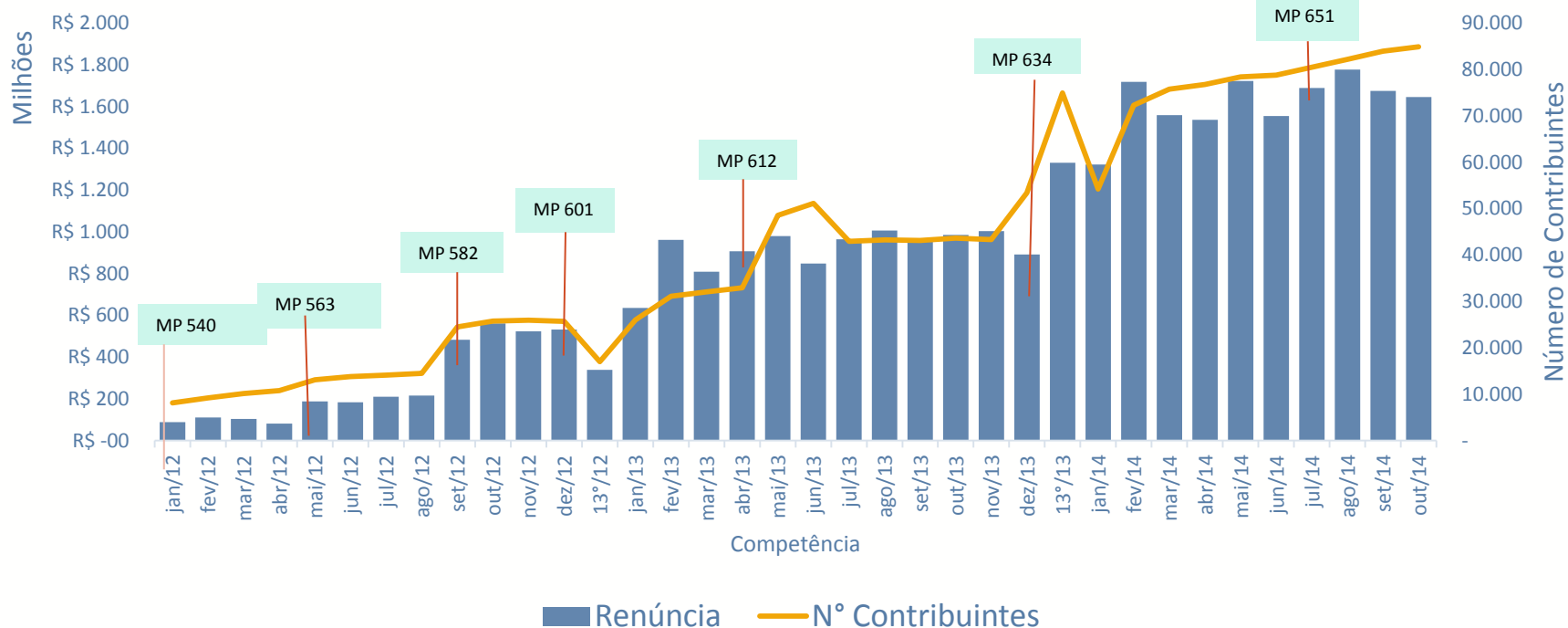
Impostos e contribuições – R\$ bi	2012	2013	2014	2015*
Folha de pagamento setores selecionados	3,7	12,3	21,9	22,4
CIDE – combustível	8,5	11,5	12,7	5,8
IPI (industrializados) – todas as categorias	9,5	11,8	10,8	7,2
Cesta Básica	1,0	6,8	9,3	10,3
“Simples”e MEI (Microempreendedor individual)	5,7	6,3	7,2	11,0
IOF	2,3	3,6	4,0	0,4
Nafta e Etanol	-	1,9	3,6	3,9
Ampliação do lucro presumido	-	1,7	1,9	2,1
Transporte público	-	0,7	1,4	1,6
Telecomunicações e smartphones	-	0,6	1,00	1,1
Outros	16,2	21,4	38,9	47,7
Total	46,9	78,6	112,7	113,5

Fonte: Receita Federal. * LOA
Elaboração Ministério da Fazenda

Deterioração fiscal: Desonerações da Folha de Pagamento

Crescimento acentuado do impacto das desonerações na folha de pagamento

Evolução do Número de Contribuintes e da Renúncia da Desoneração da Folha de Pagamento de Jan de 2012 a julho de 2014.

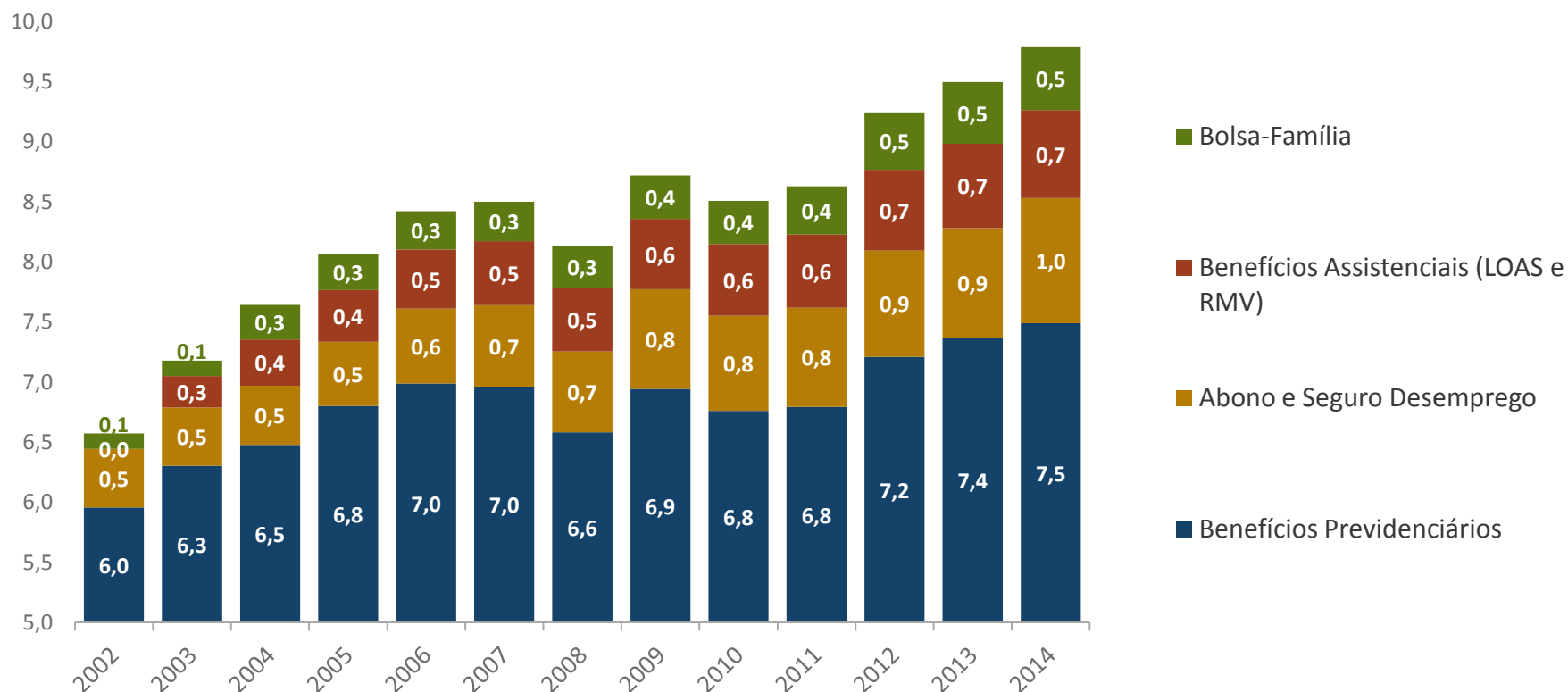


Fonte: Receita Federal

Elaboração Ministério da Fazenda

E os gastos permanentes?

Transferências sociais - % do PIB



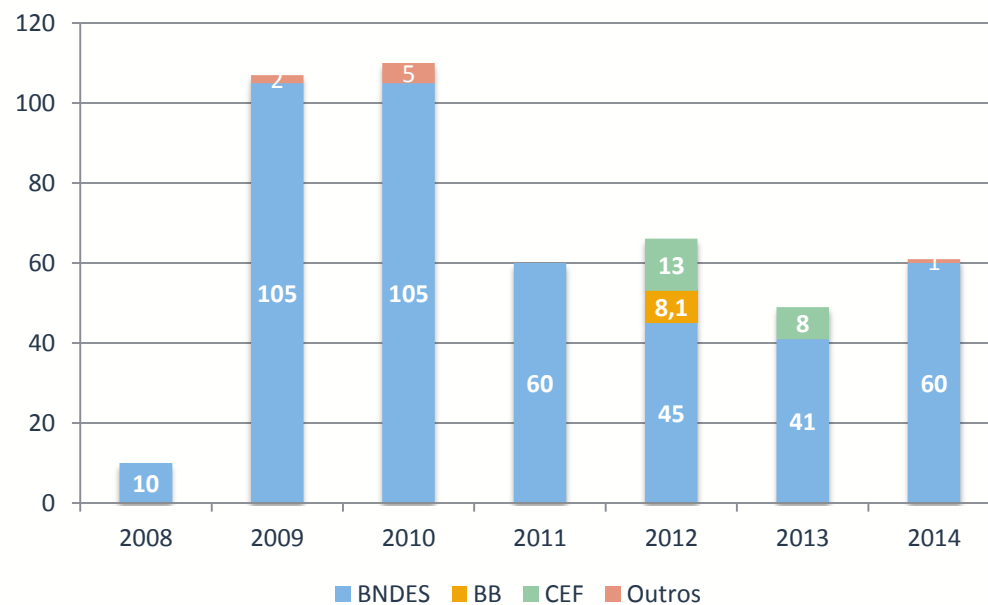
Fonte: Tesouro Nacional
Elaboração: Ministério da Fazenda

Como financiamos os bancos públicos?

R\$ bi	BNDES	BB, CEF, BNDES (IHCD*)	Banco do Nordeste e BASA	Total Por ano
2008	10	0	0	10
2009	105	2	0	107
2010	105	4	1*	110
2011	60	0	0	60
2012	45	21,1 (13 CEF + 8,1 BB)	0	66
2013	26	23 (15 BNDES* +8 CEF)	0	49
2014	60	0	1*	61
Total	411	50	2	463

* Instrumento Híbrido de Capital e Dívida

Transferências do Tesouro para bancos públicos em R\$ bilhões



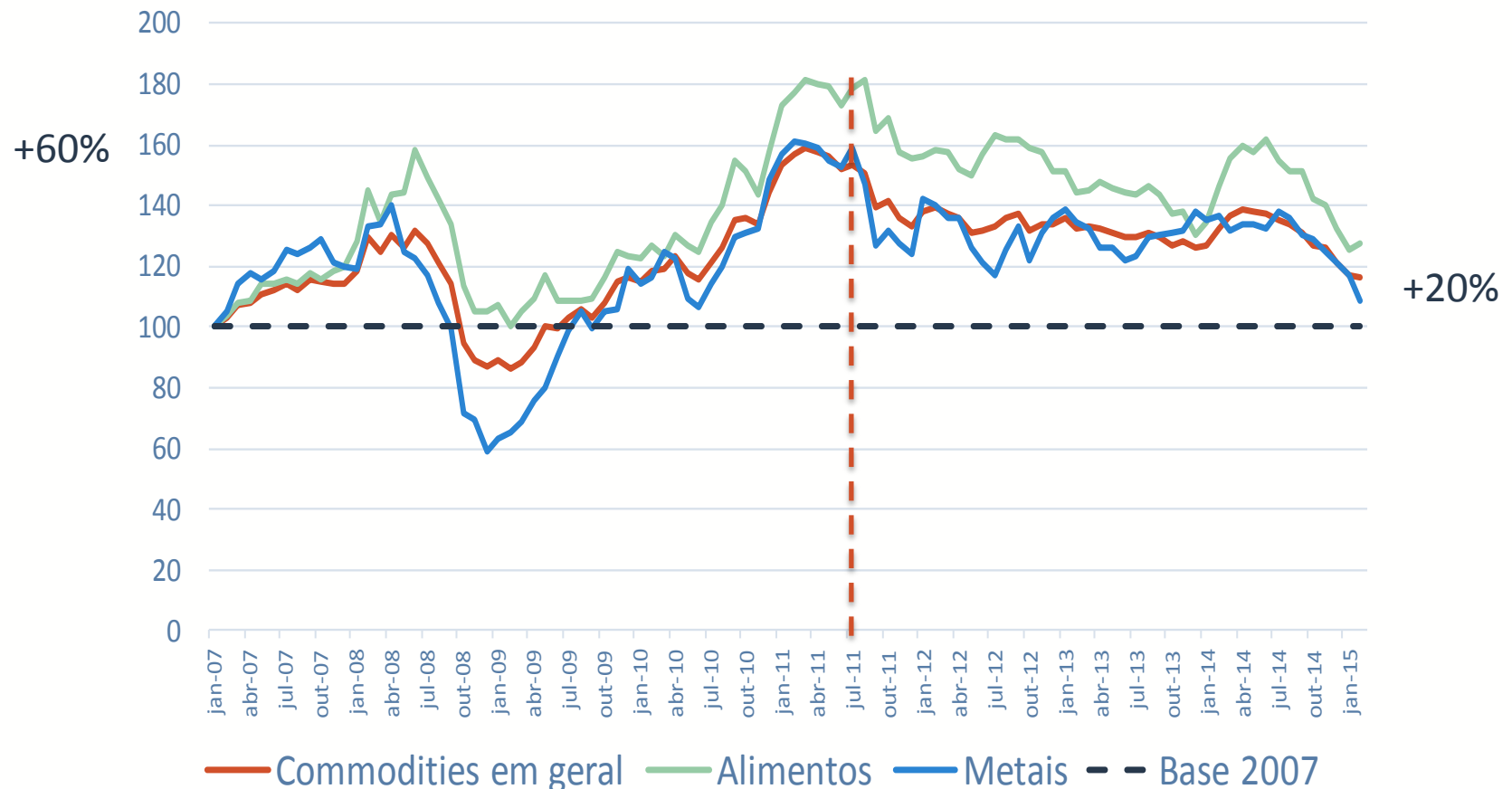
DÍVIDA PÚBLICA EM MÃOS DE ESTRANGEIROS ULTRAPASSOU R\$ 400 BILHÕES

Fonte: Tesouro Nacional

Elaboração: Ministério da Fazenda

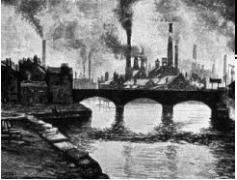
E o ciclo de commodities?

Índices de Commodities (CRB) (Jan/2007 = 100)



Fonte: Tesouro Nacional
Elaboração: Ministério da Fazenda

As especificidades anticíclicas



The uniqueness of the 2008 crisis and the impact on LATAM



Typical Crisis

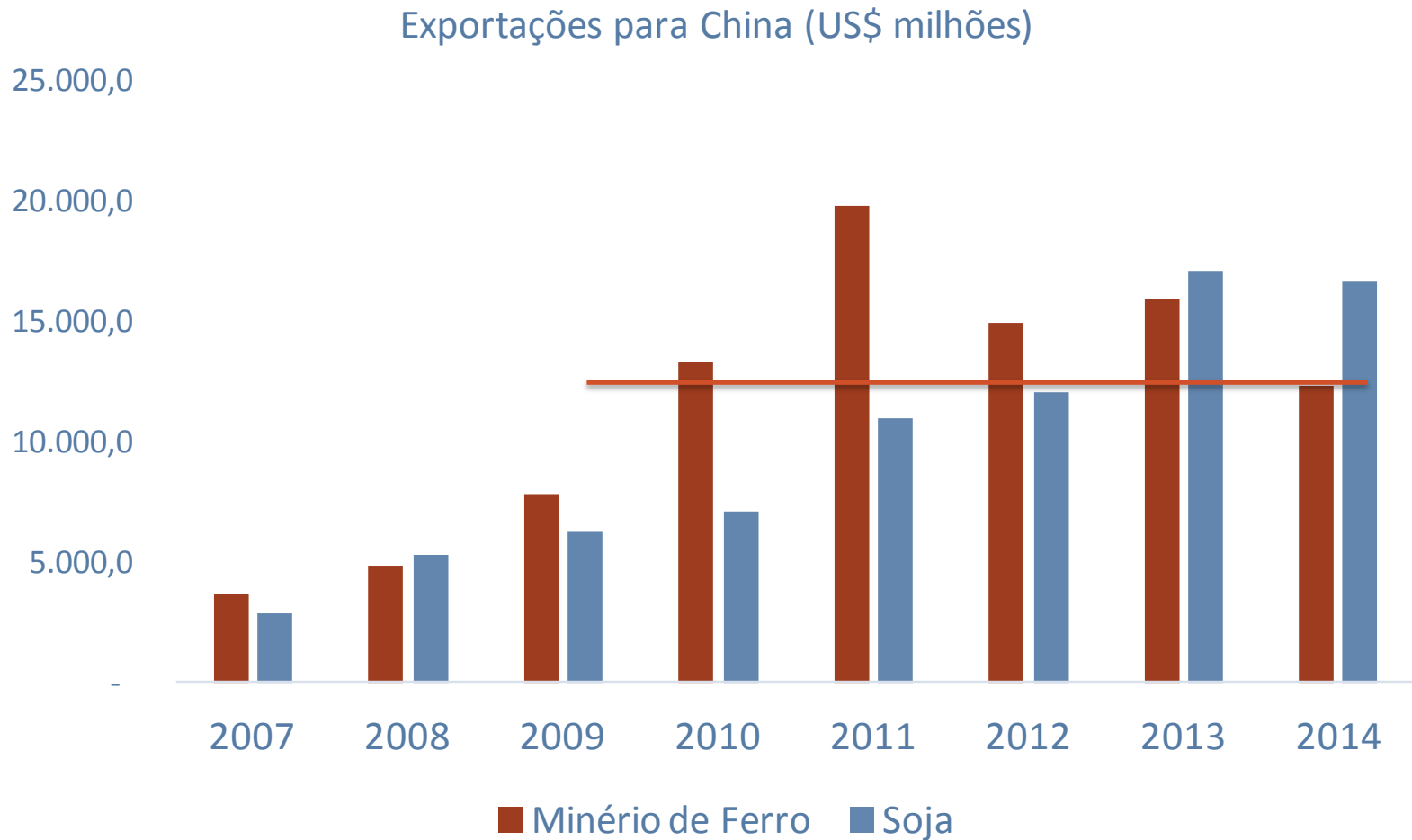
- Sharp contraction of money & credit triggers capital flight from “peripheral” countries
- Deflationary expectations quickly push down commodity prices
- Protectionism leads to trade contraction
- LATAM gets to the crisis after a boom and with fiscal and external accounts weakened

2008 Crisis

- Sharp increase in liquidity in developed countries fosters capital inflows in emerging markets
- Asian growth + weak dollar sustain commodity prices
- Policy coordination facilitates resumption of global trade growth
- A decade of better macro policies protects LATAM and even allows the deployment of countercyclical measures

Apresentação
no Stability &
Growth Forum
2011

Qual o efeito imediato?

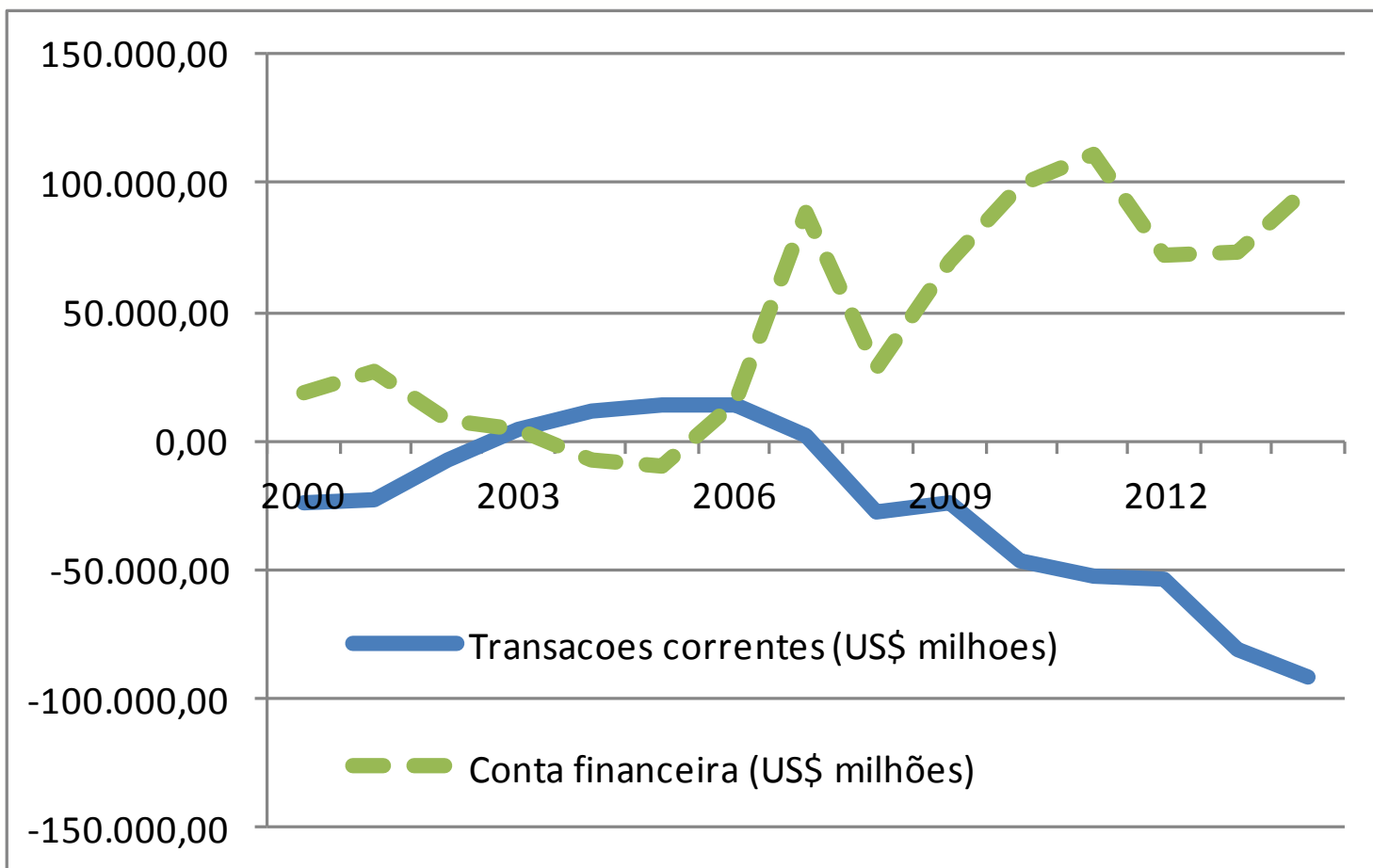


Fonte: MDIC

Elaboração: Ministério da Fazenda

E o Balanço de Pagamentos?

Contas Externas – Transações Correntes em US\$ MM

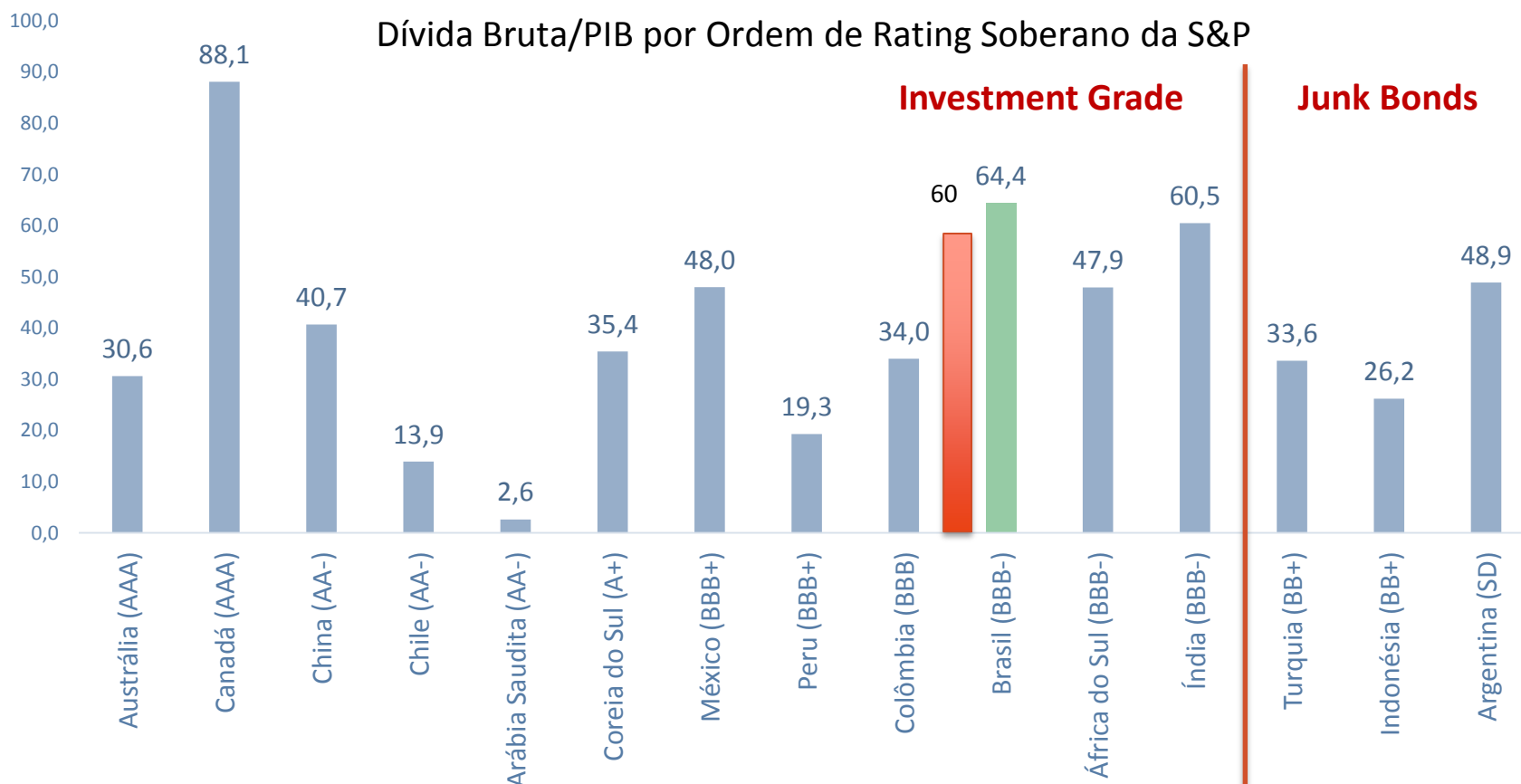


Fonte: Banco Central

Elaboração: Ministério da Fazenda

Como está nossa dívida pública?

Brasil possui relação dívida bruta/PIB acima daquela de outros países exportadores de commodities. E possui rating de crédito* acima apenas de Índia e Turquia.



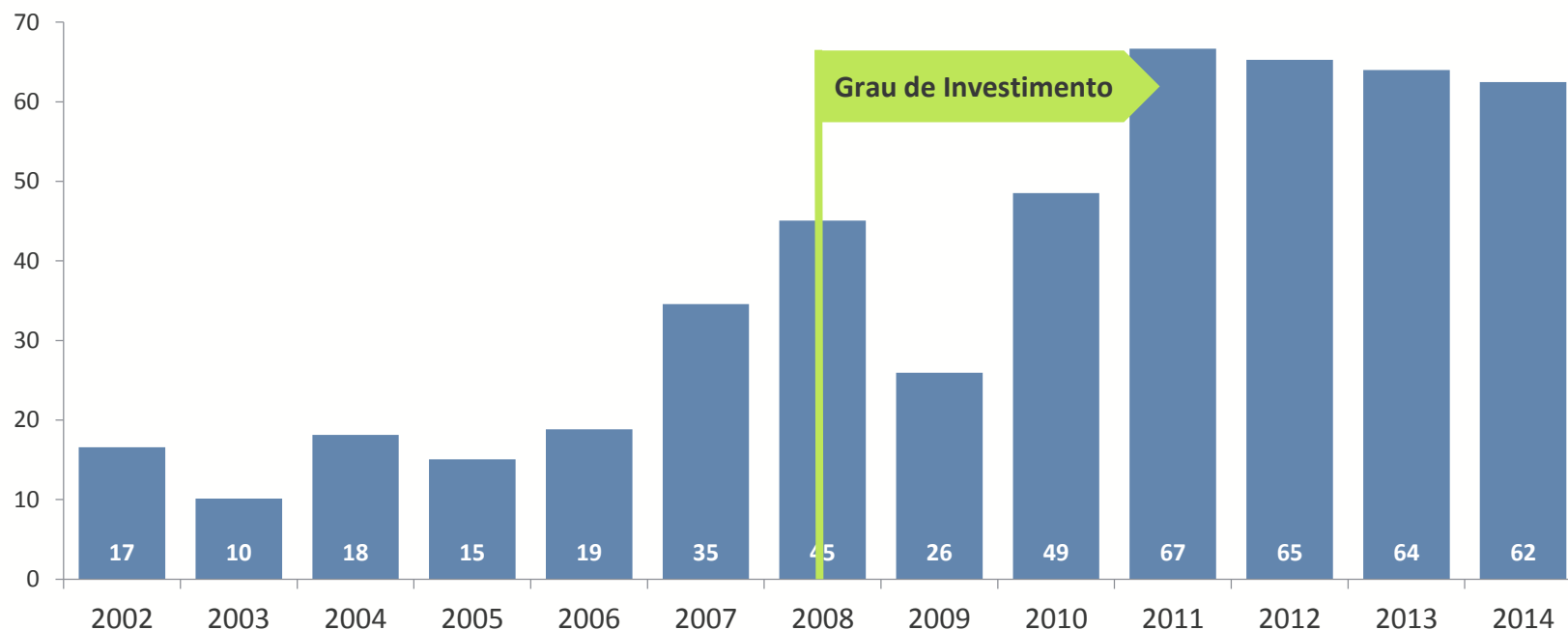
Fonte: FMI e BACEN. *Rating S&P

Elaboração: Tesouro Nacional

O que pode acontecer à nota soberana?

14

Investimento Estrangeiro Direto (IED) - em US\$ bilhões



* Brasil recebeu grau de investimento das agências S&P e Fitch em 2008; e da Moody's em 2009.

Fonte: BACEN

Elaboração: Ministério da Fazenda

Como reequilibrar a economia rumo ao crescimento?

Ministério da
Fazenda



Ajuste Econômico - Fiscal

Ajuste nas despesas discricionárias

- Programação financeira trazendo despesas para o **nível de 2013** (decreto 1/18 do orçamento para empenho – equivalente à redução de 30% nas despesas alvo)

Melhoria da qualidade do gasto

- Criação do Grupo Técnico de Acompanhamento do Gasto (GTAG)
- Reavaliação dos Restos a Pagar

Diminuição de Renúncias e Reduções de Impostos

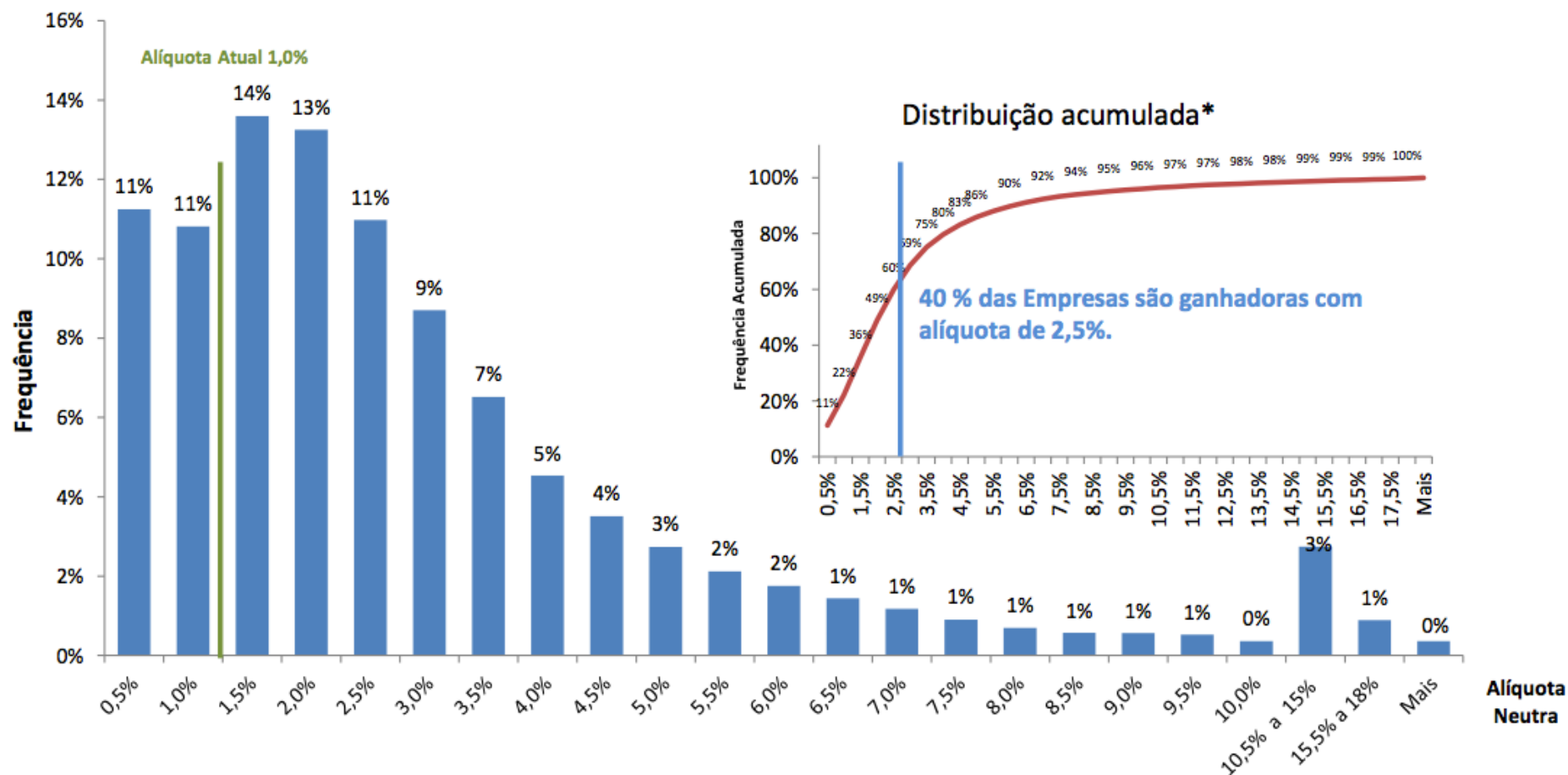
- **Recomposição parcial da CIDE**
- **Equalização do PIS/Cofins sobre importados (MP 668/2015)**
- Equiparação do atacadista no IPI sobre cosméticos (**MP 668/2015**)
- **Redução das desonerações na folha de pagamento (PL 863/2015)**
- Fixação do Reintegra em 1%
- Retorno para 3% do IOF no crédito para pessoas físicas

Nenhum
imposto
novo!!!

Desoneração da folha de pagamentos : Distribuição de contribuintes por alíquota neutra na Indústria

17

Distribuição dos Contribuintes da CPRB da Indústria por Valor de Alíquota Neutra



Fonte: Tesouro Nacional

Ajuste Econômico - Competitividade

Realismo Tarifário

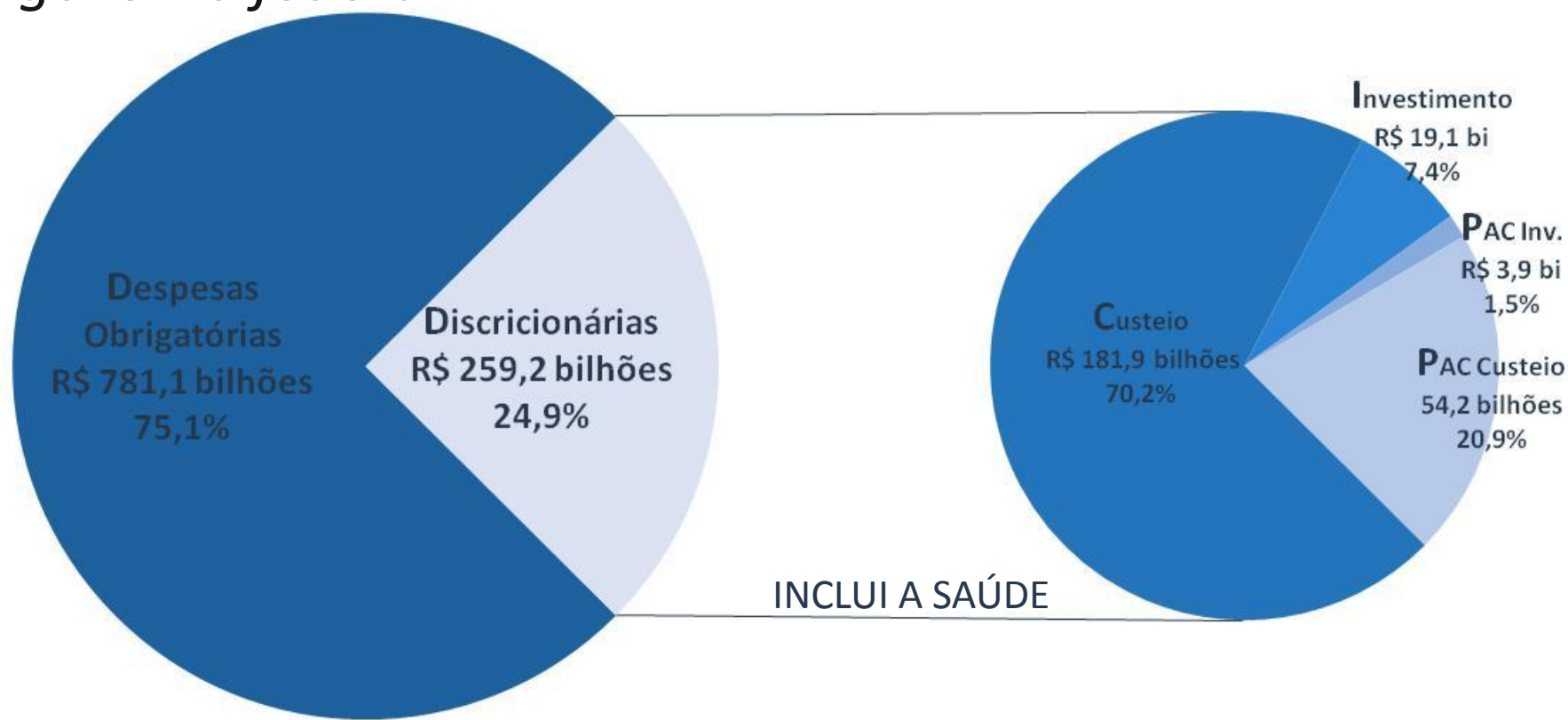
- Mudança da TJLP
 - Ajuste nas taxas do PSI/BNDES
 - Suspensão do repasse para a CDE e “Bandeiras”
-
- Maior exigência de desempenho para concessão do FIES

Ações Estruturais

- Seguro-desemprego (**MP 665/2015**): Mudança nas regras da concessão para **reduzir a rotatividade**
- Pensão por morte (**MP 664/2015**): revisão das condições de benefício para **atualizar às mudanças demográficas e sociais**
- Ajuste no benefício do defeso para **focalizar no pescador efetivo (MP 665/2015)**

Cortando na carne...

Área de incidência efetiva do ajuste de despesas do governo federal

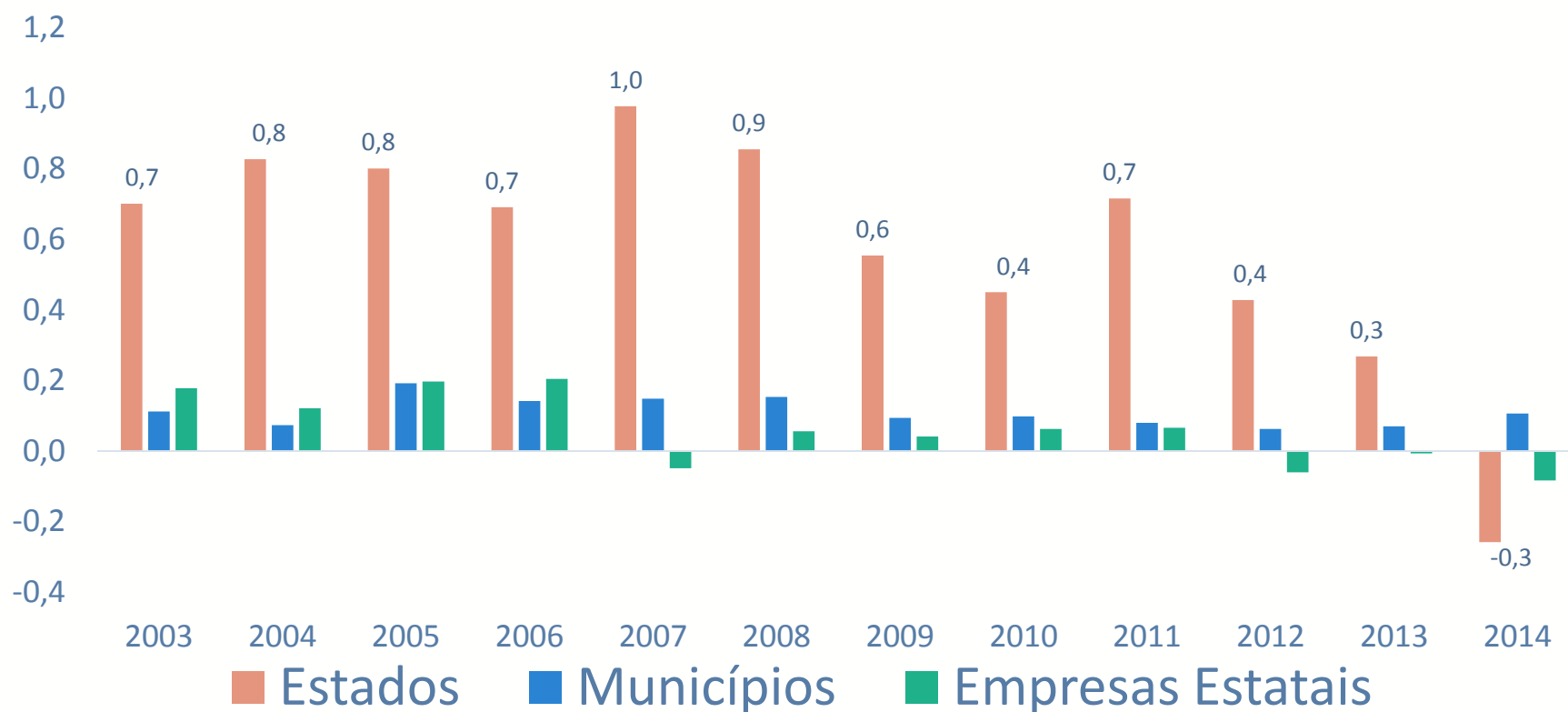


Fonte: STN

Elaboração: Ministério da Fazenda

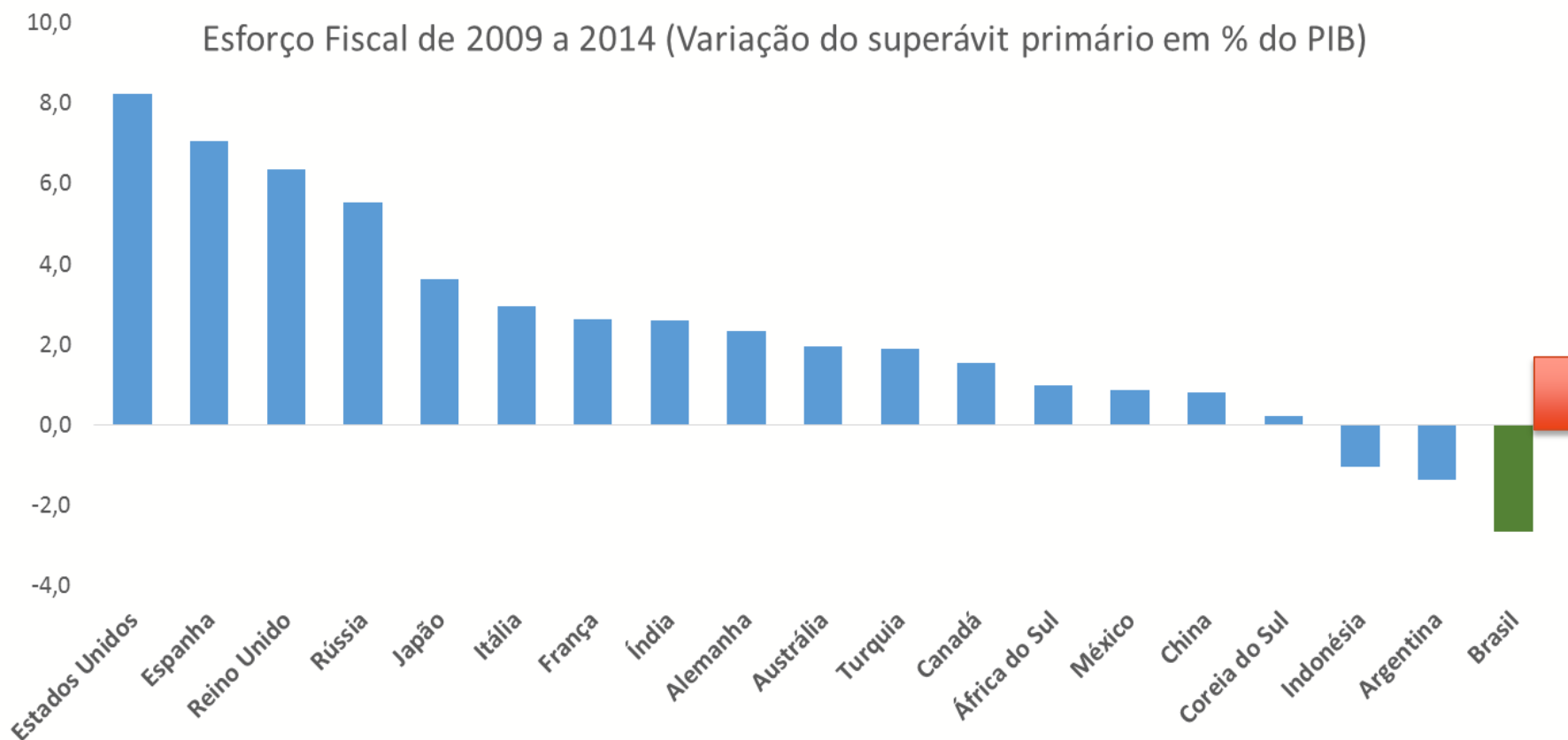
Ajuste Econômico - Federação

Resultado Primário – Valores Acumulados em % PIB



Fonte: Secretaria de Política
Econômica –SPE (MF)
Elaboração: Ministério da Fazenda

Tamanho do ajuste



Fonte: FMI

Elaboração: Ministério da Fazenda

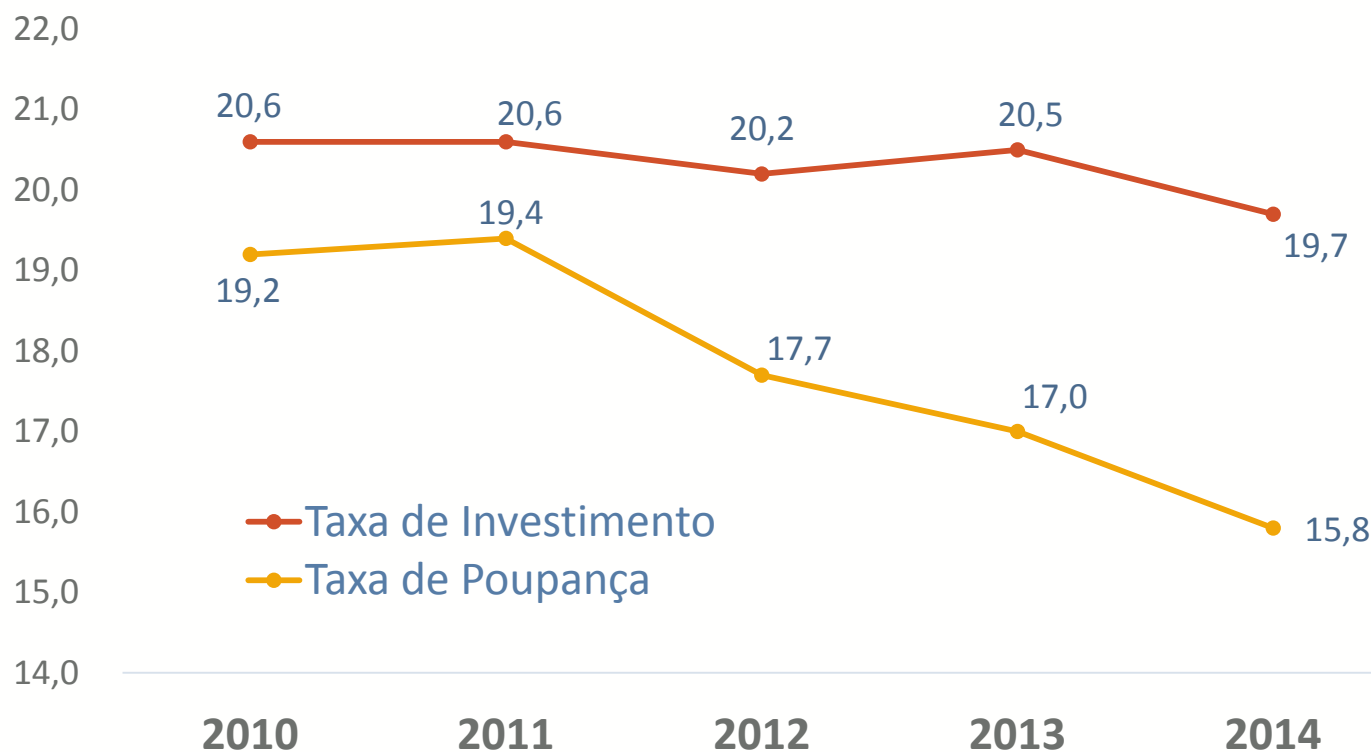
Retomada do crescimento

Ministério da
Fazenda



Necessidade de mais poupança doméstica

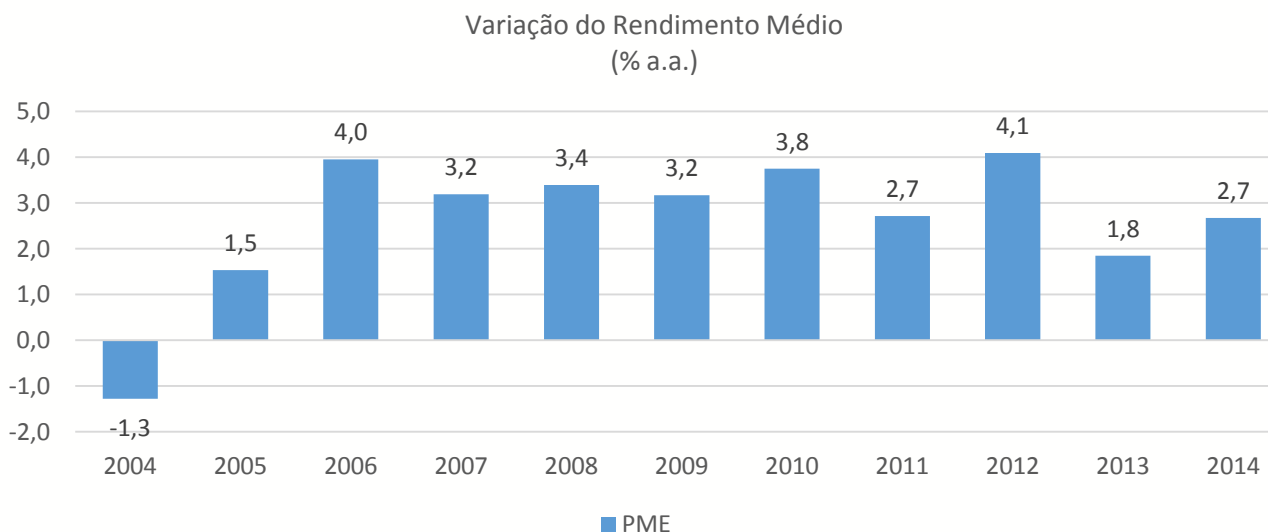
Taxas de Investimento e de Poupança (% PIB)



Foco na produtividade

Crescimento médio da produtividade e variação do rendimento médio

	PTF*	Produtividade do Trabalho	Produtividade do Capital
2002-2010	1,6%	1,2%	0,4%
2010-2014	0,2%	1,1%	-0,9%



* Produtividade Total dos Fatores

Fonte: PME e PNAD (IBGE)
Elaboração: Ministério da Fazenda

Eixos de crescimento

Agenda de competitividade

- Maior participação do País nos fluxos de comércio
- Facilitação de comércio (RECOF) e financiamento
- Abertura de mercados
- Educação & Inovação

Agenda Tributária e Financeira

- Reforma do PIS-COFINS
- Harmonização da Tributação da Poupança
- Apoio à reforma do ICMS
- BNDES dinamizando o mercado de capitais

Combater o patrimonialismo e fortalecer o Estado para oferecer à sociedade serviços de qualidade e zelar pela manutenção de um ambiente econômico competitivo, moldado em instituições de governança sólidas, com predomínio do mérito e da eficiência em prol de ganhos de produtividade e renda para a sociedade e a população brasileira

Eixos de crescimento - II

Infraestrutura e logística

- Ampliação da participação do setor privado
 - **CONCESSÕES** Rodoviárias – Aeroportos – Portos - Ferrovias
 - Integração Agricultura – Logística- Armazenamento
- Moldura favorável a “Project Finance”
- Renovação das concessões das distribuidoras de energia
- Compartilhamento mais eficiente de infraestruturas logísticas

Eixos de crescimento - III

Convergência Macro & Concorrência

- Equilíbrio fiscal de longo prazo, permitindo
 - Convergência da inflação para a meta de 4,5%
 - Queda da curva de juros longo
 - Alongamento dos prazos de empréstimos
 - Maior financiamento para novas empresas
- Menor concentração geográfica dos investimentos

... E os riscos??



**MANTER O
INVESTMENT
GRADE!!!**

RISCOS A SEREM EVITADOS

- NÃO PROSSEGUIRMOS NO AJUSTE FISCAL
- Criação de novas despesas sem novas receitas tributárias – Redução dos tributos sem redução de despesas permanentes
- Restrições no mercado de trabalho, que dificultem a mobilidade e a ascensão da nova classe média, ou a tomada de riscos por empreendedores e empresários
- Restrições à concorrência, ou aumento da proteção efetiva com prejuízo à eficiência e competitividade real

Para que o ajuste?

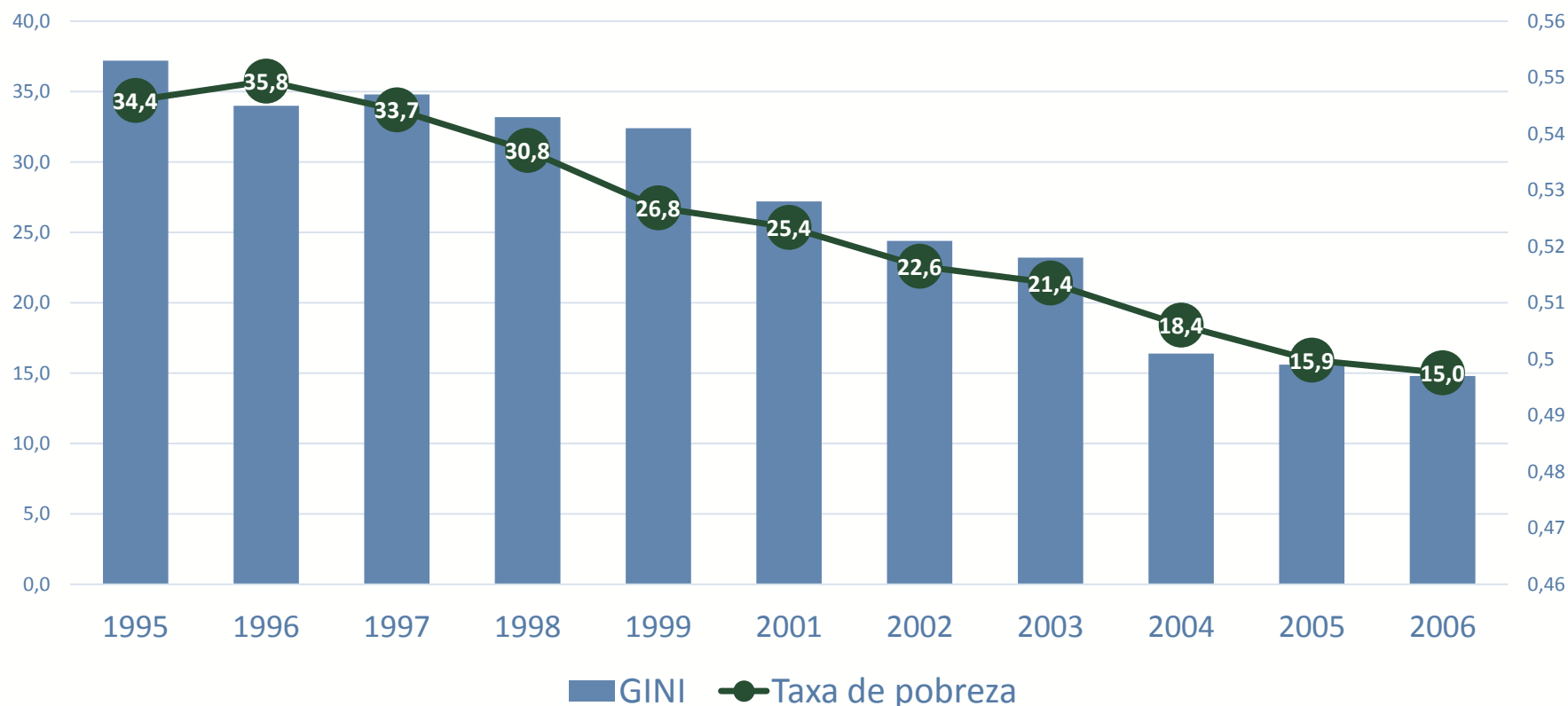
Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Continuar melhorando a distribuição de renda

30

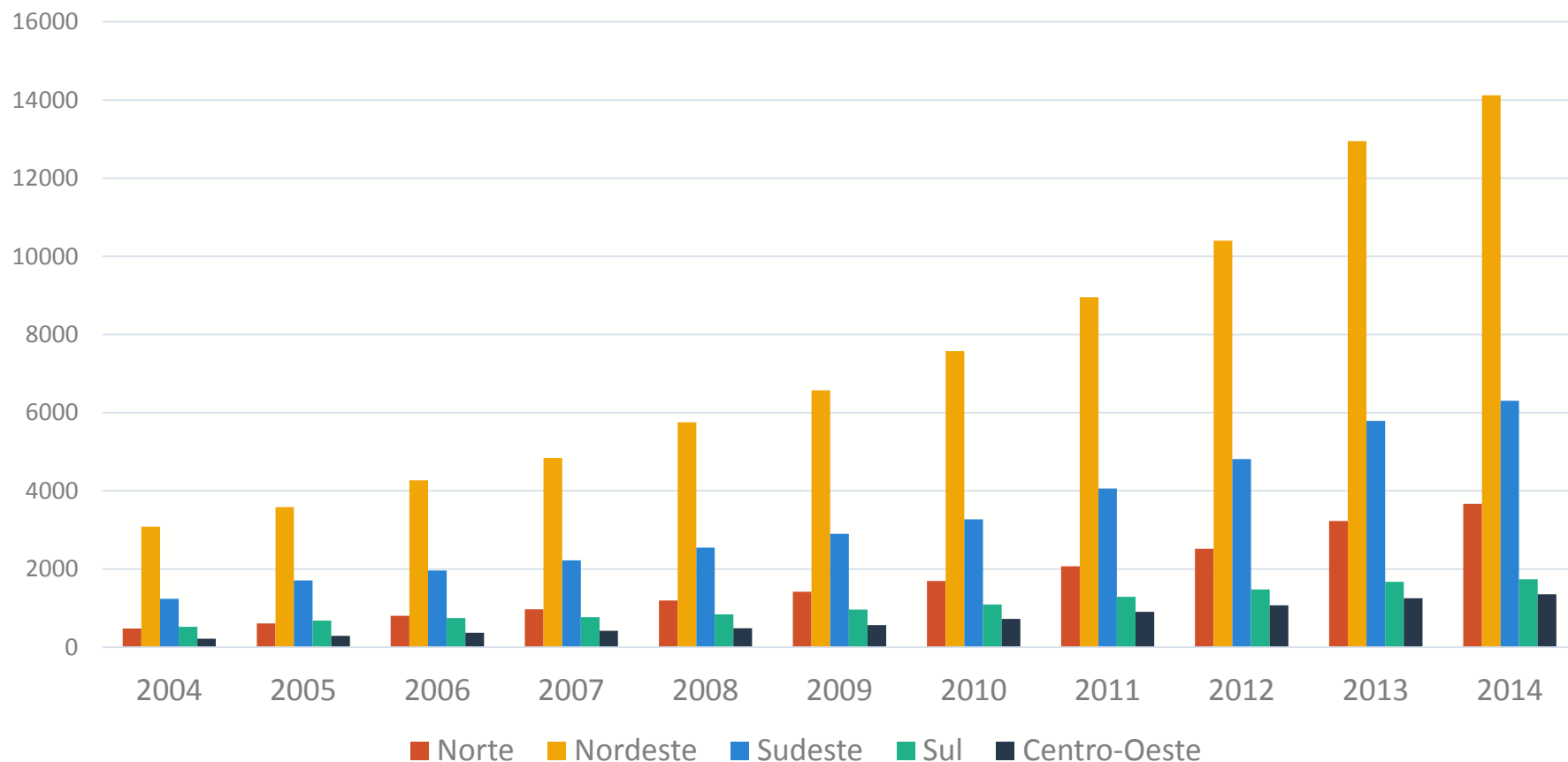
Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza (%) e índice de Gini



Fonte: IPEA e PNAD (IBGE)
Elaboração: Ministério da Fazenda

Proteger as novas gerações

Transferência de renda via Bolsa Família por região (em R\$ milhões de reais)

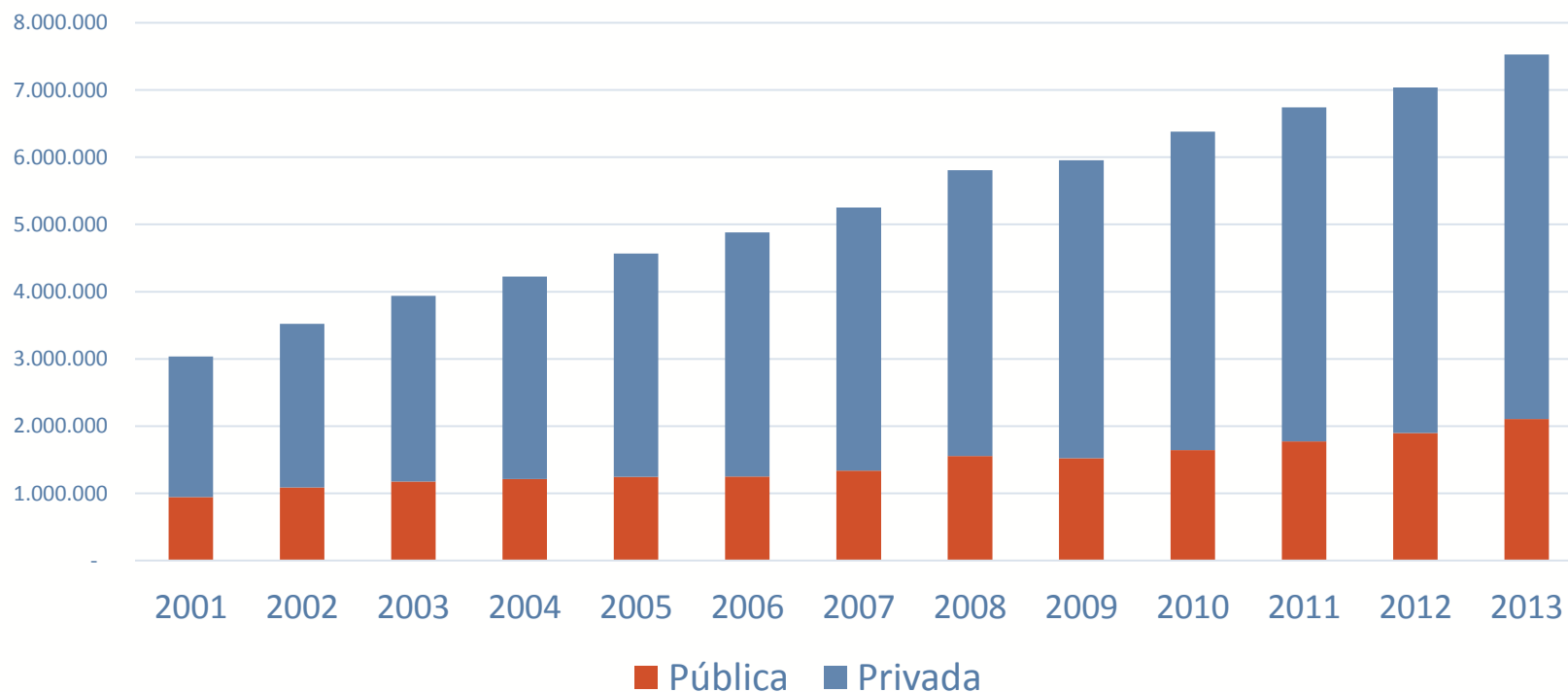


Fonte: Portal da Transparência
Elaboração: Ministério da Fazenda

Expandir o ensino superior

Matrícula em Cursos de Graduação (2002-2013)

Número de Matrículas em Cursos de Graduação

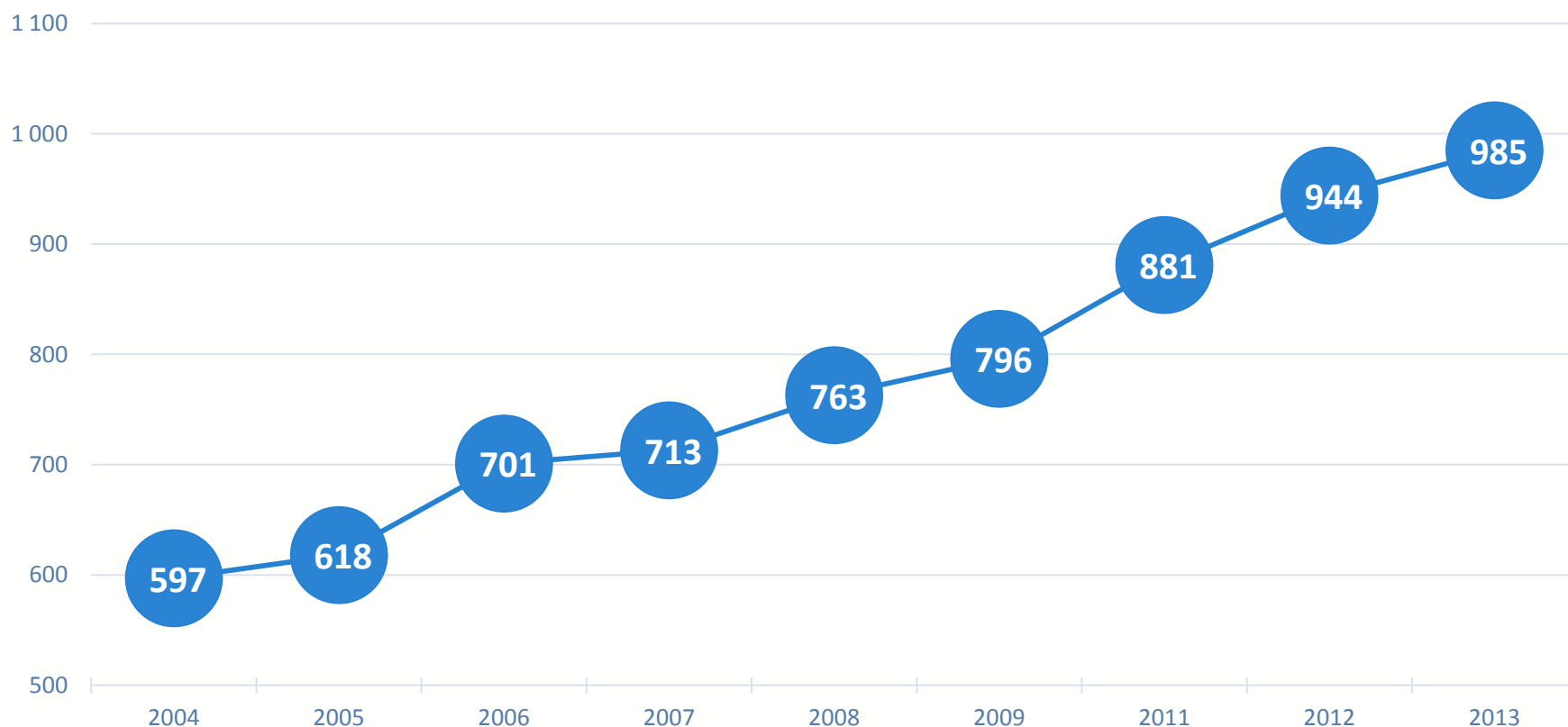


Fonte: Censo da Educação Superior INEP
2012 e 2013

Elaboração: Ministério da Fazenda

Diminuir as disparidades regionais

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade da Região Nordeste, ocupadas na semana de referência, em R\$ de 2013



Fonte: IBGE (PNAD)

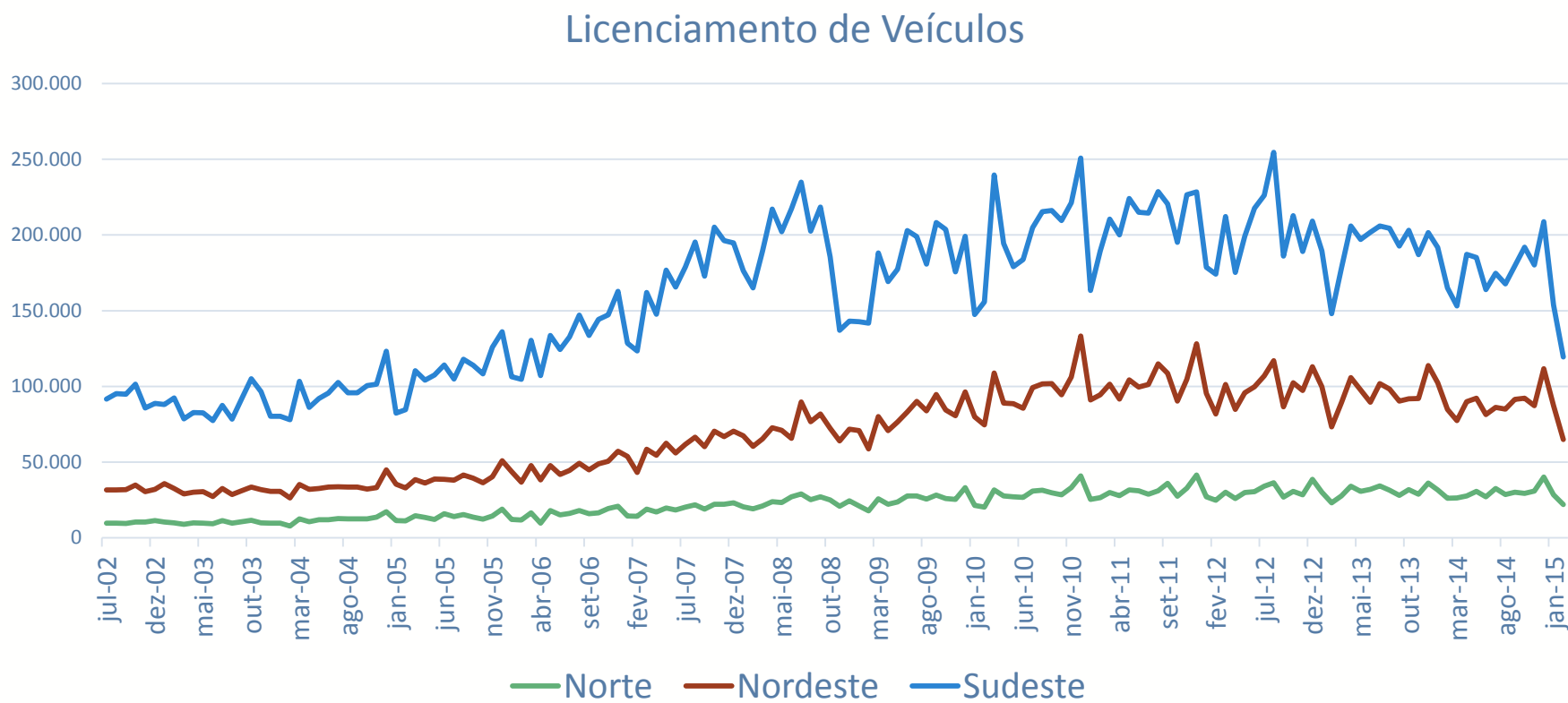
Elaboração: Ministério da Fazenda

* A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) não foi efetuada em 2010.

Distribuir o crescimento do poder aquisitivo

34

*Licenciamento total de veículos por Região
Em unidades vendidas por mês*



Fonte: Fenabreve

Elaboração Ministério da Fazenda

O ajuste como plataforma para Reforçar o Pacto Federativo

Ministério da
Fazenda





Ministro da Fazenda
Joaquim Levy

... E os outros fundos regionais

Fundo Desenvolvimento do Nordeste-FDNE atingiu, em 2014, o montante de R\$ 2,7 bilhões em desembolsos para projetos na Região do Nordeste. Fundo Constitucional do Nordeste-FNE recebeu, em 2014, aporte do Tesouro Nacional no montante de R\$ 6 bilhões.

R\$ milhões

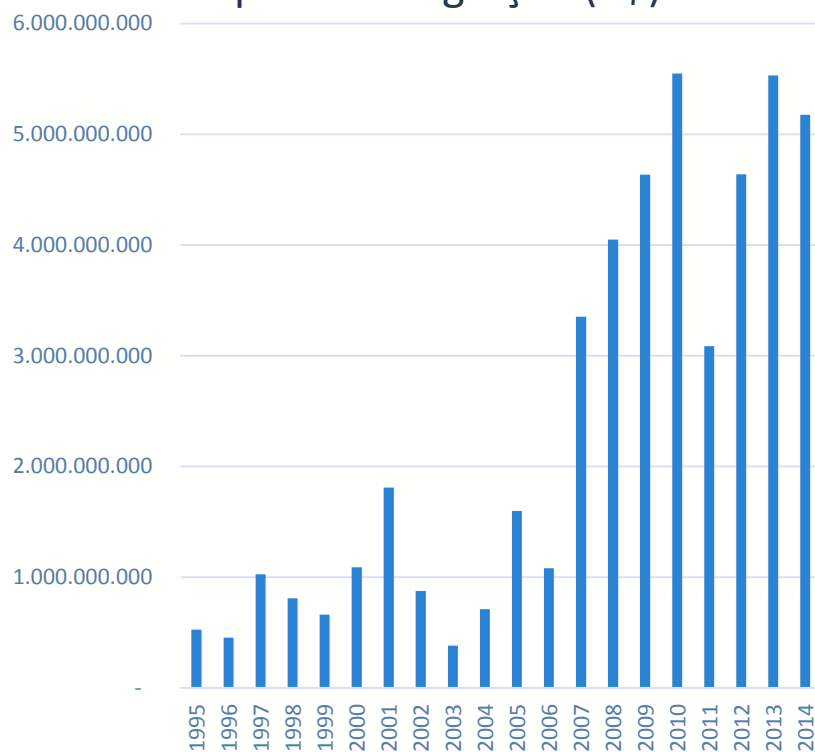
Fundos Regionais	2011	2012	2013	2014
FDNE - Fundo Des. Nordeste	494	194	1.080	2.753
FDA - Fundo. Des. Amazônia	405	1.589	518	131
TOTAL	899	1.782	1.598	2.883

Fundos Constitucionais	2011	2012	2013	2014
Transferência STN (R\$ mil)	8.384.294,9	8.640.636,6	9.301.566,4	10.131.306,6
FNE (60%)	5.030.576,9	5.184.382,0	5.580.939,8	6.078.783,9
FCO (20%)	1.676.859,0	1.728.127,3	1.860.313,3	2.026.261,3
FNO (20%)	1.676.859,0	1.728.127,3	1.860.313,3	2.026.261,3

Obs: participações determinadas pela CF/1988.

E os recursos do OGU

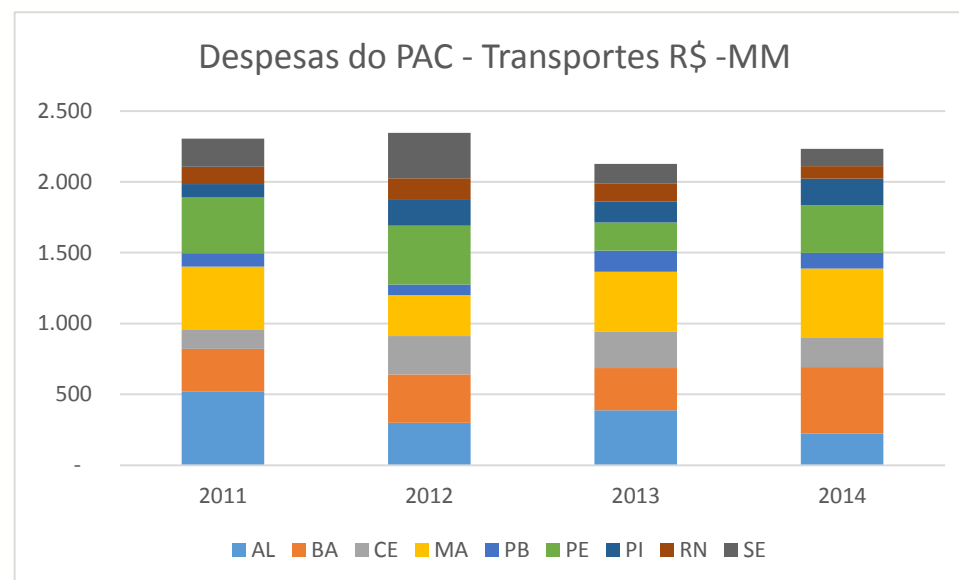
Recursos para a Integração (R\$)



Fonte: Ministério da Integr. Nac.

Elaboração: Ministério da Fazenda

Recursos para Transportes (R\$ MM)

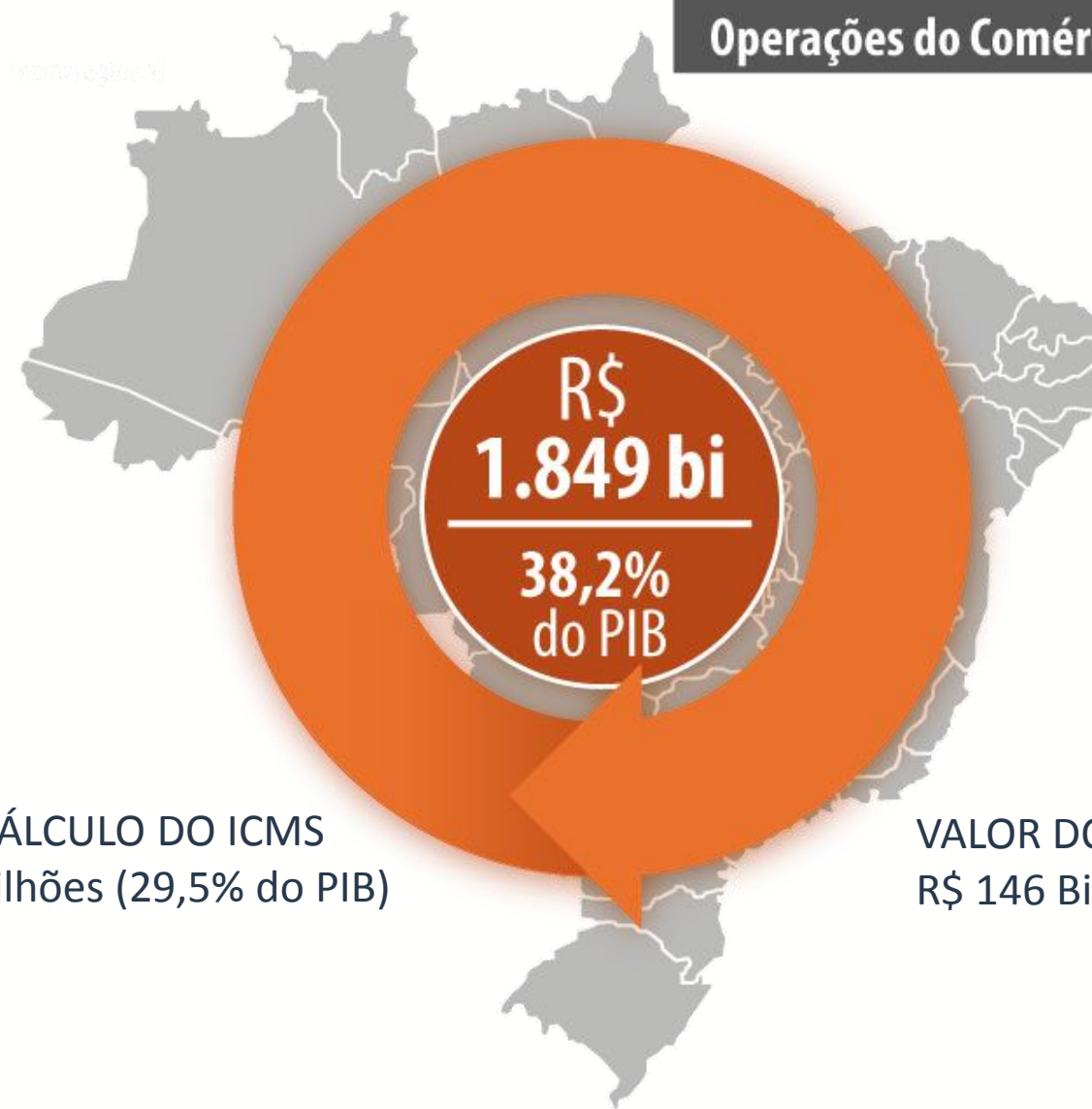


Despesas no NE têm correspondido a 25% das despesas com estradas

Especialmente, aproveitar as oportunidades do comércio interestadual

Operações do Comércio Interestadual

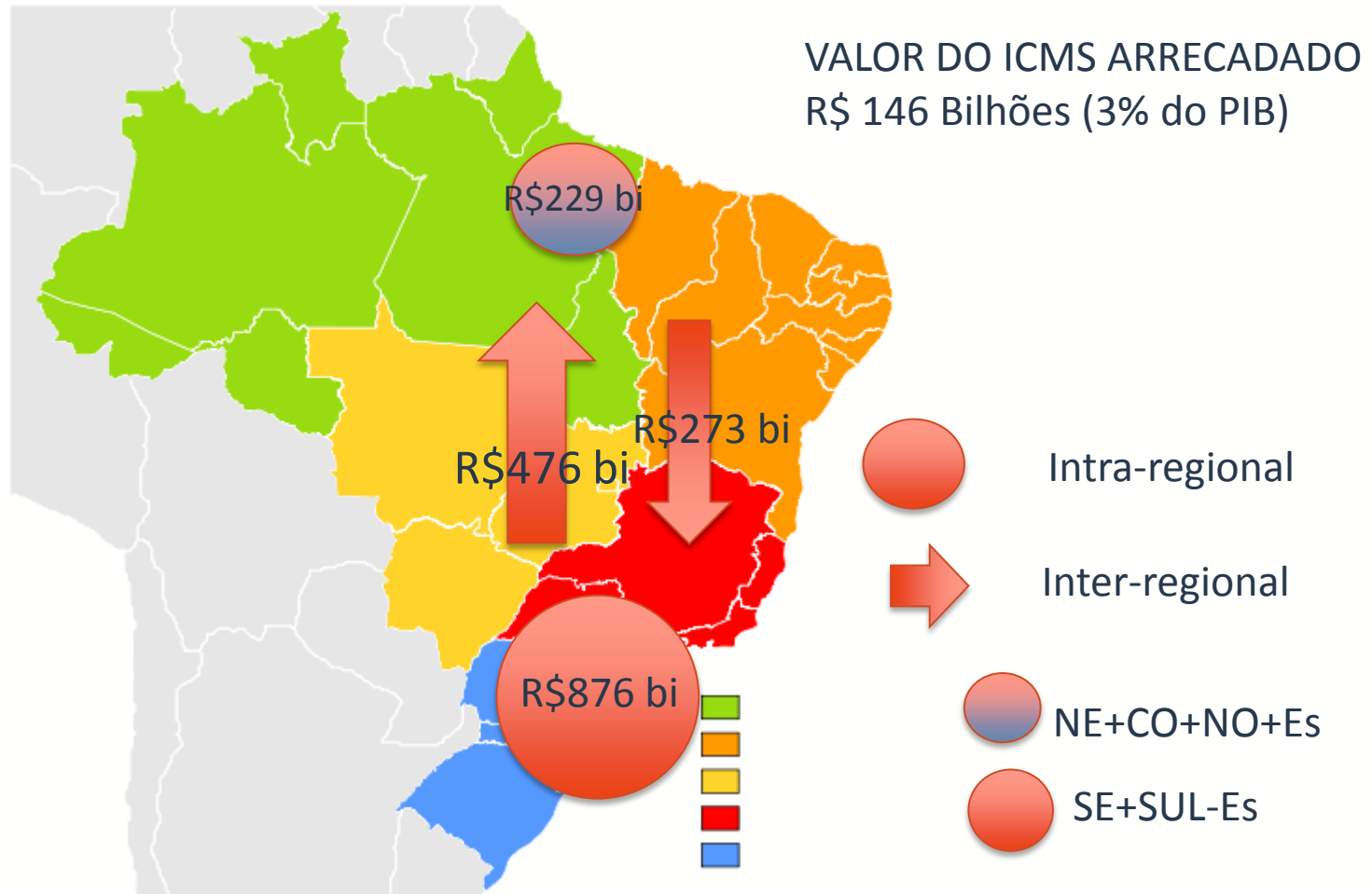
Dados de 2013



BASE DE CÁLCULO DO ICMS
R\$ 1427 Bilhões (29,5% do PIB)

VALOR DO ICMS ARRECADADO
R\$ 146 Bilhões (3% do PIB)

Reformar o ICMS para relançar o investimento e diminuir as desigualdades regionais



Guerra Fiscal: uma “lâmina que perdeu o corte”?

Por que o papel da Guerra Fiscal se esgotou?

- Na sua origem, foi um instrumento utilizado pelos Estados para atração de investimentos
- Todavia, **uma vez generalizada a sua utilização pelos Estados**, temos:
 - erosão da base de tributação estadual
 - deterioração das relações federativas
 - distorções concorrenciais
 - ineficiência econômica
 - insegurança jurídica

Não é mais instrumento propulsor de **desenvolvimento regional**

- na medida em que todos concedem os mesmos benefícios, o diferencial decorrente da sua concessão desaparece
- O realinhamento do câmbio torna a questão de diminuir o acúmulo de créditos na exportação mais importante do que ganhos de atrair a importação



Como fazer a reforma do ICMS?

PROPOSTA EM DISCUSSÃO NO CONFAZ E NO CONGRESSO NACIONAL

1. **Convergência das alíquotas para o destino (Resolução do Senado):** redução gradual das alíquotas interestaduais, de modo a deslocar a tributação da origem para o destino
 - → Indicação proporcionada pelo “Convênio 70/2014”: **Alíquotas na origem com redução, em período de anos determinado, até alcançar 4% em regra, com alguns casos especiais.**
2. **“Convalidação” (Confaz):** reconhecimento e remissão dos créditos tributários relacionados aos benefícios concedidos sem aprovação do CONFAZ e admissão da continuação da sua vigência por período definido
3. **Fundo de “Compensações” (Estados+OGU):** estabelecimento de fundo temporário, com contrapartida da União, compatível com impacto em Estados e capacidade fiscal da União

Cenário mais recente: Convênio CONFAZ nº 70/2014

43

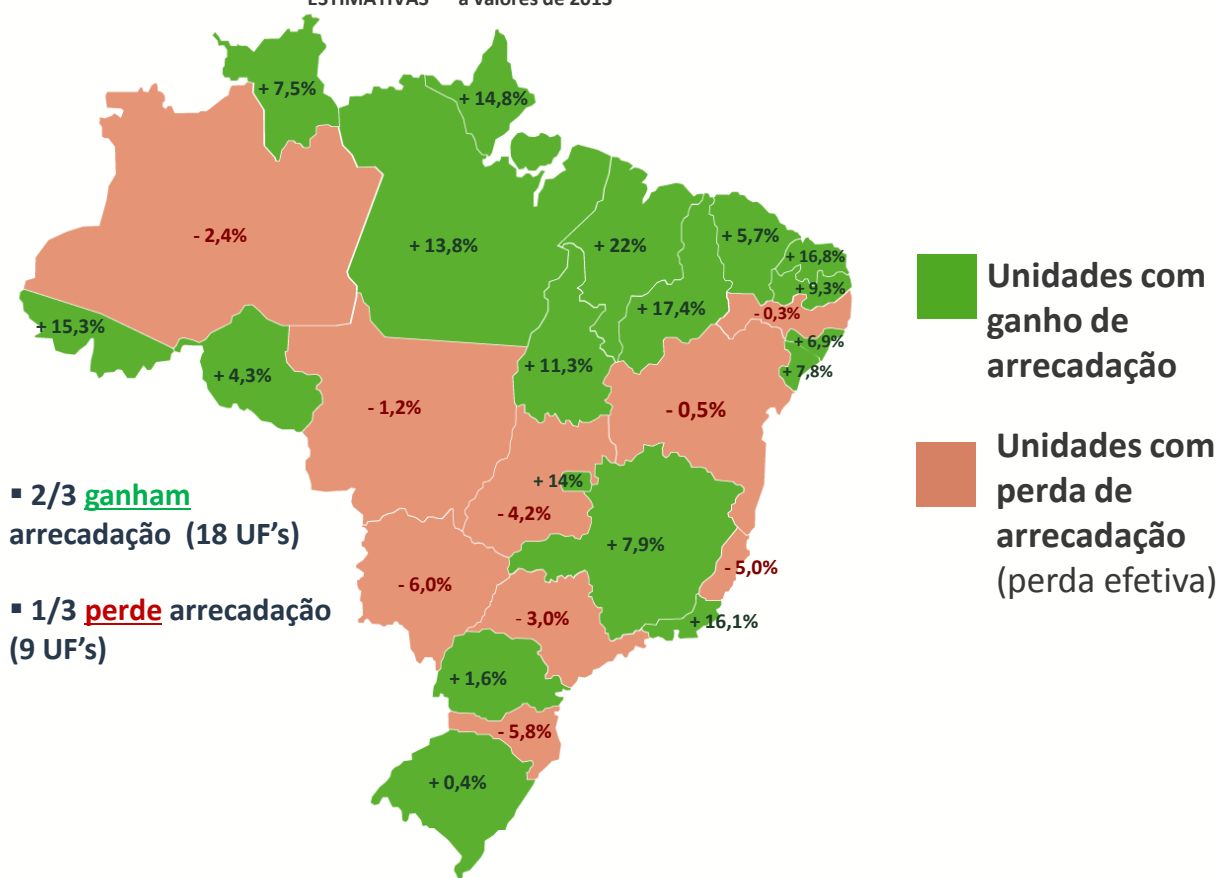
Cenário: estabelecer, em regra, alíquota de **4% na origem**



Estimativa dos impactos na arrecadação interestadual do ICMS*

44

Distribuição Perdas x Ganhos de Arrecadação por Unidade da Federação
Perdas Efetivas / Valor total ICMS arrecadado (%)
ESTIMATIVAS* – a valores de 2013



* Baseado na proposta do Convênio 70 Confaz - Números preliminares de estimativa realizada a partir de dados da RFB, ainda a serem ratificados pelo CONFAZ

Fonte: RBF/MF e CONFAZ

Elaboração e cálculos: SE/MF

Vantagens das alíquotas “no destino”

1. Superação da insegurança jurídica
2. Melhora das relações federativas
3. Promoção da redistribuição de receita em favor das UF's consumidoras (“menos desenvolvidas”)
4. Apoio às exportação
5. Recomposição da arrecadação tributária estadual
6. **Destravamento dos investimentos**
7. Aprimoramento do sistema tributário nacional



O ICMS precisa deixar de ser um imposto interestadual sobre a produção e passar a ser **O IMPOSTO ESTADUAL SOBRE O CONSUMO.**

O ajuste como plataforma para Reforçar o Pacto Federativo

Ministério da
Fazenda



Sumário – Visão do crescimento

1. Disciplina nos gastos da União
2. Aprovação de medidas de ajuste fiscal (e.g., desoneração) e ajuste econômico (e.g., MP 664-665)
3. Combate à inflação e impulso ao mercado de capitais
4. **Aceleração das concessões – reforma da logística**
5. Crescimento das exportações com novos preços relativos
6. Incentivo à concorrência--novas firmas
7. **Destruar os investimentos criando novo marco tributário (ICMS + PIS-Cofins)**
→ *Mais emprego, maior renda, bem-estar social*

Obrigado

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA